



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14381 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Josiane Roberta Krebs - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO ASSOCIADO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Resumo: O estudo discute possibilidades e desafios da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) para realizar formação para o trabalho associado. Para tanto, parte de uma análise documental considerando a lei que institui a RFEPCT e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), bem como, documentos com concepção e diretrizes, pautas estratégicas e políticas de Extensão. Como resultados, destaca que existe aproximação entre a concepção e diretrizes da RFEPCT, os princípios do trabalho associado e a experiência histórica da economia solidária, em especial o compromisso com a construção de uma outra sociedade, mais justa. Esse compromisso se confirma nas informações autodeclaradas nos documentos, que indicam a potencialidade da RFEPCT em desenvolver processos formativos voltados ao trabalho associado. Como desafios, demonstra a necessidade de incluir a temática nas agendas de ensino e pesquisa, pois atualmente as ações voltadas ao trabalho associado e/ou economia solidária estão vinculadas especialmente à extensão, e aprofundar as reflexões sobre o trabalho associado, desvinculado do empreendedorismo, pois a articulação dos termos “empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e economia solidária” provocam confusão conceitual e indicam a constante disputa entre projetos de educação.

Palavras-chave: Trabalho associado, Economia Solidária, Educação Profissional, Formação

Vivemos momentos desafiadores, marcados pelas desigualdades sociais, pela precarização do trabalho e pelo desemprego. Problemas que são reflexo do sistema capitalista em que estamos inseridos, onde tudo está subordinado ao interesse do capital. E nesse cenário é imprescindível que a educação e a ciência estejam comprometidas em buscar caminhos para enfrentar os problemas e construir uma outra sociedade, mais justa.

Dagnino (2022) nos faz refletir sobre qual educação e ciência precisamos para reconstruir o Brasil e nos leva a problematizar sobre que sociedade defendemos e que conhecimento é importante para a construção dessa sociedade.

Cabe destacar que a sociedade é um sistema complexo de relações sociais que estão condicionadas ao que e como se produz os meios materiais necessários à sua existência. Sendo que, de acordo com o materialismo histórico dialético, “a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2001, p. 66). Logo, a ciência e a educação estarão direcionadas a um tipo de produção de existência, podendo estar alinhadas ao fortalecimento da hegemonia capitalista ou buscando outras alternativas de organização social, pautadas na propriedade coletiva dos meios de produção, no trabalho associado e no compartilhamento dos saberes.

Assim, defendemos uma sociedade onde as pessoas tenham uma vida digna, com acesso ao trabalho e à renda e que possam, de forma coletiva e sem exploração, produzir os bens materiais para sua existência. Uma outra sociedade pode ser pensada a partir de uma outra economia, a qual Cattani (2009, p.9) define como “[...] aquela que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista”. Ao pensarmos em outra economia nos aproximamos da economia solidária (ES), a qual se opõem às práticas excludentes e é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social.

Para tanto, é importante compreender o trabalho associado ancorado no entendimento de produção associada e autogestionária, ressaltando que [...] na perspectiva do materialismo histórico, a produção diz respeito à totalidade dos processos de criação e recriação da realidade humano-social mediados pelo trabalho, pelos quais o ser humano confere humanidade às coisas da natureza e humaniza-se com as criações e representações que produz sobre o mundo. (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 615).

Os movimentos sociais, com suas iniciativas de produção dos meios de vida ancorados no trabalho associado e na autogestão da produção, têm participação importante na expansão da ES. Outro fator importante para essa expansão é a formação, sendo destacado que “o acesso às políticas públicas de formação e assessoria técnica em ES é considerado direito do trabalho associado, cabendo ao Estado garantir recursos permanentes para o

financiamento de ações”. (CONAES, 2014, p.23).^[1] Isso nos desafia a pesquisar sobre a formação para o trabalho associado a partir da relação entre sociedade, movimentos sociais e instituições escolares, no caso desse estudo, a RFEPCT.

Por que acreditamos que a RFEPCT tem potencial para desenvolver a formação para o trabalho associado? Começamos a construção do nosso argumento refletindo sobre a história da Educação Profissional no Brasil (EP) que é marcada por disputas que envolvem interesses contraditórios com relação ao seu papel na formação da classe trabalhadora.

Ao longo dos anos é perceptível o movimento que separou a educação da classe trabalhadora daquela destinada à elite, no entanto, a partir dos anos 2000 aconteceram mudanças, destacando-se em 2008 a aprovação da Lei nº 11.892/08, que instituiu a RFEPCT e criou os IFs, onde, “foi possível identificar uma relação clara da proposta da nova institucionalidade, pautada pela politécnica, pela matriz gramsciana, voltada para a formação integral, tendo como base conceitual o trabalho, como princípio educativo”. (FIGUEIREDO, 2019, p. 193)^[2]

Recuperar a história da EP é importante para compreender o papel social que a RFEPCT assume, especialmente através dos IFs, “contribuindo para uma sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária”. (MEC, 2010, p.7)

Estas diretrizes, autodeclaradas nos documentos norteadores da RFEPCT, apontam espaço normativo para realizar Educação Profissional para o trabalho associado se assumirmos a premissa de que experiências de trabalho associado contribuem para uma ‘sociedade menos desigual, mais autônoma e solidária’.

Agrega-se a isso, a capilaridade, abrangência e possibilidades de articulação da RFEPCT que tem 656 unidades, 82.710 servidores, 11.803 cursos e 1.511.207 matrículas^[3]. Ou seja, existe uma materialidade normativa e de condições objetivas para sua efetivação.

Alguns poucos estudos têm discutido sobre a relação entre os IFs e a formação para o trabalho associado e/ou economia solidária. Algumas análises apontam que as ações concentram-se especialmente nos projetos de extensão, na sua maioria, vinculados às incubadoras sociais e/ou de cooperativas populares^[4]. Outros estudos discutem sobre aproximações que podem ser estabelecidas entre os princípios dos IFs e da economia solidária. Pelissari e Nascimento (2020) avaliam que a concepção de educação dos IFs, fundada na formação integral do ser humano e no trabalho como princípio educativo, tem semelhanças significativas com o projeto de sociedade reivindicado pelo movimento de economia solidária. Já Vieira (2023), apresenta elementos que podem nos ajudar a compreender como a educação profissional - marcada pela disputa da formação da classe trabalhadora - pode buscar “outros modos de formar a partir da experiência de classe promovida pela articulação, por exemplo, da educação profissional com a economia

solidária”. (VIEIRA, 2023, p.23)

Assim, a partir dessa contextualização, buscamos problematizar sobre qual é a atual relação da RFEPCT com a formação para o trabalho associado, partindo da análise de documentos, entre eles: a) a Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892/2008) [\[5\]](#); b) o documento “Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes” (MEC, 2010); c) as Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica do Brasil (CONIF, 2022); d) a Revisão das Pautas Estratégicas - Relatório Final (CONIF, 2022); e) a cartilha “Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (CONIF, 2013); [\[6\]](#) e f) as Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2022). [\[7\]](#)

O primeiro documento analisado foi a Lei que instituiu a RFEPCT e criou os IFs, onde identificamos alguns pontos que contribuem para pensarmos sobre a formação para outros modos de vida assentados no trabalho associado. Dentre as finalidades, características e objetivos autodeclarados [\[8\]](#), ressaltamos que, em vários momentos, faz-se referência ao vínculo da RFEPCT com o território e com o desenvolvimento social. Essa conclusão surge a partir do uso de alguns termos como: “desenvolvimento socioeconômico”, “arranjos sociais e culturais, além dos arranjos produtivos”, “geração de trabalho e renda” - e não apenas geração de emprego, “articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais” e “promoção de tecnologias sociais”, além, de processos educativos que levem à “emancipação do cidadão”.

Esses termos podem nos indicar a abertura da instituição para ofertar formação para além do trabalho assalariado capitalista. E, conseqüentemente, que incorpore conteúdos referentes a outros modos de produzir a vida, que supere a formação de mão de obra para o capital.

Dos documentos publicados no *site* do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o único que faz referência ao descritor “economia solidária” é a “Revisão das Pautas Estratégicas - Relatório Final (2022)”, onde é mencionado “Empreendedorismo Social e Economia Solidária” como uma das ações propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproext), tendo como objetivo elaborar diretrizes para estimular, apoiar e integrar o empreendedorismo social e a economia solidária ao desenvolvimento regional a partir de ações educativas.

Considerando que a temática da economia solidária aparece na revisão das pautas estratégicas como uma ação da Extensão, analisamos documentos relacionados à Extensão na RFEPCT, sendo identificado como principal documento norteador a cartilha “Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, publicada

pelo Forproext em 2013.

Nesse documento, os termos “empreendedorismo, associativismo e cooperativismo” aparecem de forma articulada ^[9]. Isso pode ser percebido já ao fazer referência às políticas de Extensão, quando diz que “[...] a temática trata das políticas de Extensão para o desenvolvimento local e regional, balizando programas e projetos que promovam o empreendedorismo, o associativismo, o cooperativismo e a incubação de empreendimentos”. (CONIF, 2013, p.6 e 7).

Essa associação entre os termos demonstra uma confusão conceitual, que pode levar a ações voltadas à formação para o capital. Isso pode ser constatado, por exemplo, nas pautas estratégicas, na apresentação dos indicadores sugeridos para a Extensão, onde aparecem como indicadores: número de empresas residentes na incubadora, número de empresas juniores, número de empresas associadas à incubadora, ou seja, a palavra “empresa” sempre está presente, demonstrando mais uma vez as contradições conceituais e a presença de elementos do projeto de educação para o capital.

Para finalizar a análise documental, consultamos as “Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, que não faz referência ao trabalho associado e/ou economia solidária, mas ressalta que “no âmbito da curricularização da extensão, são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino, com **prioridade para áreas de grande pertinência social** [...]” (CONIF, 2022, p.1, grifo nosso).

Contudo, o estudo demonstra que existe aproximação entre a concepção e diretrizes da RFEPCT, os princípios do trabalho associado e a experiência histórica da economia solidária, em especial o compromisso com a construção de uma outra sociedade, sendo que as informações, autodeclaradas nos documentos, indicam a potencialidade da RFEPCT em desenvolver processos formativos voltados ao trabalho associado.

A análise dos documentos nos ajuda a compreender que atualmente a agenda relacionada a economia solidária se constitui como objetivo estratégico da Extensão, trazendo como possibilidade a aproximação com a sociedade e a circulação de saberes e experiências, mas, traz como desafio a necessidade de fazer com que essa temática circule para além das ações de extensão, fazendo parte das agendas do ensino e da pesquisa, ou seja, da formação humana e integral dos estudantes, podendo ter o trabalho associado como princípio educativo.

REFERÊNCIAS

CATTANI, A. D. Construindo a outra economia. In: HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. Portugal: CES, 2019, p. 07-09.

DAGNINO, R. P. **Para explicar a tempestade e sular a bonança**. Campina Grande: EDUEPB, 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010.

PELLISSARI, L. B.; NASCIMENTO, M. L. F. M. Educação profissional e economia solidária: um olhar a partir dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Abatirá - **Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, p. 442-472, 2020.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Produção associada e autogestão. In: CALDART, R. et all (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.612-618.

VIEIRA, M. R. de A. Educação profissional e práxis da economia solidária: uma análise a partir das contribuições de E. P. Thompson. **Trabalho Necessário**. v. 21 n. 44, 2023.

[1]

Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E0149C3F4742C3AA3/Minuta%20Regimento%20Interno%202010.pdf> Acesso em 10/03/23.

[2]

Disponível em <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9031>> Acesso em 10/03/23.

[3]

Dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>> Acesso em 23/04/23.

[4]

Foram identificadas apenas 13 pesquisas (2 teses e 11 dissertações) que tratam sobre a educação/formação para o trabalho associado/economia solidária nos IFs no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

[5]

Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em 20/04/23.

[6]

Disponível em <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/Documento_extensao_tecnologica_v.5.0.pdf> Acesso em 20/04/23.

[7]

“c”, “d” e “f” disponíveis em <<https://portal.conif.org.br/publicacoes>> Acesso em 20/04/23.

[8]

Análise dos artigos 6 e 7 da Lei 11. 892/2008.

[9]

Essa articulação também pode ser observada no artigo 7 da Lei 11.892/2008.